COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 2.847, DE 2011

Proíbe a efetivação de qualquer pagamento em dinheiro em espécie nas quantidades que especifica.

Autor: Deputado MANATO

Relator: Deputado VINICIUS GURGEL

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.847/11, de autoria do nobre Deputado Manato, proíbe em todo o território nacional, a partir de 01/07/12, o pagamento em dinheiro em espécie de valor superior a R\$ 1.500,00 realizado por pessoa física ou jurídica a qualquer instituição comercial, financeira, bancária, de crédito ou prestadora de serviço ou a outra pessoa física. A proposição estipula, ainda, que o pagamento de cobrança em desacordo com a Lei sujeitará os infratores ao pagamento de multa na faixa de 1% a 10% do valor cobrado, a depender do número de reincidências.

Na justificção do projeto, o ilustre Autor argumenta que vários países já adotaram medida análoga à preconizada no projeto em tela, com o objetivo de combater fraudes, tendo-se obtido a redução da informalidade da economia. Este é um efeito, a seu ver, interessante em um país como o nosso, em que 45% da população economicamente ativa não possui carteira de trabalho assinada ou trabalha por conta própria.

De acordo com o insigne Parlamentar, a iniciativa também contribuirá para combater a evasão de impostos, já que, em suas palavras, notas de valor mais alto são o instrumento preferido pelos

fraudadores para realizar negócios à margem do Fisco. Cita, a este respeito, os exemplos da Itália e da França, países que, segundo o augusto Deputado, declararam ilegais transações em dinheiro em espécie em valores superiores a determinados limites.

Ademais, o ínclito Autor ressalta que a diminuição de dinheiro em espécie é uma tendência mundial, com a adoção cada vez maior de pagamentos por meio eletrônico, especialmente no Brasil. Em sua opinião, sua iniciativa favoreceria a segurança, dado que, a seu ver, grande parte dos criminosos subtraem quantidades em espécie, sobretudo de mulheres e de idosos, sacadas para pagamento de faturas e compras.

Assim, em resumo, o Parlamentar defende o ponto de vista de que o pagamento de faturas em dinheiro em espécie não faz mais sentido hoje em dia e deve ser banido totalmente.

O Projeto de Lei nº 2.847/11 foi distribuído em 19/12/11, pela ordem, às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Defesa do Consumidor; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, em regime de tramitação ordinária. Procedeu-se ao encaminhamento da matéria a este Colegiado em 22/12/11. Em 22/03/12, recebemos a honrosa missão de relatá-la. Não se lhe apresentaram emendas até o final do prazo regimental para tanto destinado, em 04/04/12.

Cabe-nos, agora, nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Reconhecemos como louváveis as intenções do ilustre Autor. Cremos, porém, que há elementos de natureza econômica que desaconselham a aprovação da iniciativa em tela.

Em primeiro lugar, não nos parece claro que a implementação das medidas definidas pelo projeto em exame contribuiria para o combate à sonegação fiscal e à lavagem de dinheiro. Tampouco resulta que a transformação em lei da iniciativa em pauta removeria um vazio legal nessa área. Com efeito, a Lei nº 8.137, de 27/12/90, que dispõe sobre os crimes contra a ordem tributária, já tipifica, com penas de reclusão, diversas condutas relacionadas à sonegação fiscal, tais como: omitir informação ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias; fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos ou empregar outra fraude para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo; ou deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.

Importante notar, ademais, que o pagamento de faturas em espécie não favorece a evasão fiscal. De fato, os tributos são arrecadados com base na norma que os implementou, cabendo ao sujeito passivo da obrigação tributária efetuar o competente recolhimento, sujeito às penas legais em caso de infração. Desta forma, o fato de o contribuinte efetuar o pagamento de suas faturas em espécie não significa que deixará de recolher o tributo devido, ou, ainda, que o pagamento não será contabilizado pelas autoridades fiscalizadoras.

De outra parte, a Lei nº 9.613, de 03/03/98, tipifica as condutas e impõe mecanismos para evitar as ações relativas aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores e à utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos na mencionada Lei. Para tanto, estipularam-se, dentre outras medidas, a necessidade de identificação de clientes; a manutenção de registros atualizados por diversas pessoas jurídicas, incluindo as instituições financeiras; e a comunicação às autoridades competentes da existência de transações financeiras suspeitas.

Do ponto de vista prático, deve-se lembrar que uma ampla parcela da população brasileira não tem acesso à internet, não possui conta bancária – até mesmo pelo fato de vários Municípios ainda não possuírem agências bancárias – ou enfrenta dificuldades para a utilização de meios de pagamento eletrônicos. A adoção da iniciativa em comento, portanto, traria imensos contratemplos para os compatriotas nessa situação.

A ressaltar, ainda, que, se posta em prática, a iniciativa em tela dificultará o pagamento de alguns convênios e tributos que, atualmente, devem ser feitos exclusivamente em determinados bancos. No caso específico do FGTS, empregadores ficariam, em vários casos, impossibilitados de efetuar os recolhimentos superiores a R\$ 1.500, pelo fato de que nem todo banco ou ponto avançado de pagamento poderia ser utilizado, já que seria vedado o uso de dinheiro, forçando os contribuintes a abrir conta para movimentação financeira naqueles bancos especificamente contratados pela Caixa Econômica Federal como agentes arrecadadores e pagadores do Fundo.

Por fim, o argumento do Autor de que as novas tecnologias tendem a reduzir a demanda por cédulas e moedas em nada contribui, a nosso ver, para a aceitação do projeto em tela. Se o dinheiro vivo estiver sendo cada vez menos utilizado, então não há necessidade de uma lei que oficialize esse fato. Se, ao contrário, essa asserção não for verdadeira, então a lei contrariaria injustificadamente a preferência das pessoas.

Assim, a proposição em exame, se aprovada, introduziria restrições e dificuldades às empresas e aos cidadãos sem um correspondente ganho social em termos de proteção contra a sonegação fiscal e a lavagem de dinheiro.

Por todos estes motivos, votamos pela **rejeição do Projeto de Lei nº 2.847, de 2011**, ressalvadas, no entanto as elogiosas intenções de seu ilustre Autor.

É o voto, salvo melhor juízo.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado VINICIUS GURGEL
Relator